

## **PANELAÇO EQUIVOCADO**

*Luiz Carlos Bresser-Pereira*

*Folha de S.Paulo, 7.4.2008*

**O imposto sobre exportações (retenção) existente na Argentina não é na verdade pago pelos agricultores porque, se não existisse, a taxa de câmbio cairia, e os agricultores ficariam em pior situação porque não poderiam contar com a proteção do Estado.**

A elevação do imposto sobre exportações de soja na Argentina de 35 para 44% provocou protestos dos agricultores. A crise, entretanto, perdeu força na medida em que a presidente Cristina Kirchner mostrou firmeza e explicou a razão da 'retenção'. Não tenho detalhes da explicação dada pela presidente, mas ela provavelmente deve ter dito, primeiro, que a retenção é essencial para impedir que a taxa de câmbio volte a se apreciar segundo, que essa taxa é a causa principal das taxas extraordinárias de crescimento dos últimos cinco anos e, terceiro, que, embora formalmente o seu pagamento seja feito pelos agricultores, na verdade eles nada pagam, pelo contrário, se beneficiam.

Como é possível esta última frase? E como explicar que eu tenha ouvido Roberto Rodrigues, notável líder do agronegócio brasileiro, afirmar em uma conferência, depois de participar de um grande congresso de agricultores em Córdoba, que 'os agricultores argentinos estavam cansados de ganhar dinheiro'? A explicação é simples: se não existisse a retenção, a taxa de câmbio já teria se depreciado, e a depreciação teria sido maior do que a retenção, de forma que os agricultores sem retenção estariam ganhando menos do que hoje ganham com a retenção.

A taxa de retenção sobre exportação existente na Argentina é o mecanismo através do qual o país desloca para cima a curva de oferta das commodities, e assim impede que a taxa de câmbio se aprecie em função da doença holandesa e das entradas excessivas de capitais. Essa

taxa é variável de produto a produto, e varia também conforme variam os preços internacionais, para garantir aos produtores, que são tão importantes para o país, uma taxa de lucro satisfatória que os estimule a investir e produzir. É uma taxa marginal. No Brasil, só se poderia pensar em uma retenção desse tipo depois de se elevar a taxa de câmbio para um nível que viabilize as indústrias que usam tecnologia no estado da arte.

A economia argentina cresce a mais de 8% ao ano, e o peso se mantém há anos em um nível estável, em torno de 3,10 pesos por dólar, graças principalmente a essa retenção. Se não fosse ela, já teria acontecido com o peso o que aconteceu com o real: depois de manter a paridade de cerca de 3 reais por dólar durante 2003, apreciou-se, e passou a causar desindustrialização (mal percebida porque o mercado interno compensou em parte a perda do externo). O país já voltou à condição de deficitário em conta corrente, e, além da gradual transformação em uma fazenda e uma mina, corre o risco de termos nova crise de balanço de pagamentos em dois ou três anos.

Os agricultores e pecuaristas argentinos pagam formalmente a taxa de retenção, mas esta nada lhes custa se esta fosse eliminada, tornar-se-ia lucrativo para eles exportar a uma taxa de câmbio mais apreciada, e, em consequência da respectiva oferta, a taxa de câmbio baixaria até o nível dessa taxa hoje menos o valor da retenção. E com isso teríamos grande prejuízo para a indústria e nenhum benefício para os agricultores. Pelo contrário, eles também sairiam prejudicados porque ficariam sujeitos às variações da taxa de câmbio: além disso, caso caíssem os preços das suas commodities exportadas, o governo não teria recursos para estabelecer um fundo de estabilização dos seus preços que todo agricultor sabe ser muito necessário.